

Serra faz acusações a Gratz

Candidato a presidente da República diz que Gratz deveria ser impedido pelo PFL de disputar as eleições

O candidato do PSDB à Presidência, José Serra (PSDB), afirmou ontem que, no Espírito Santo, "há traficantes que têm mandatos de deputados". O tucano criticou o presidente da Assembleia Legislativa, José Carlos Gratz (PFL), que, segundo ele, deveria ser impedido pelo PFL de ser candidato.

As declarações do presidencialista foram feitas após ele participar de debate no encontro da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), evento realizado em Vitória.

"Queria fazer um apelo público ao PFL do Espírito Santo que não dê legenda ao senhor Gratz", disse Serra.

"Se não der legenda a ele (Gratz), ele não vai ter mandato a partir do ano que vem, terá de responder a Justiça e poderá ser preso", afirmou.

"Se derem a legenda, que o povo do Espírito Santo não eleja gente assim porque essa eleição está dando imunidade a essas pessoas", acrescentou. Gratz está homologado como candidato

a deputado estadual pela legenda para as eleições de outubro.

O candidato do PSDB afirmou ainda que o Ministério Público Federal (MPF) errou ao arquivar o pedido de intervenção no Estado.

Ressaltou, porém, que a decisão não passou pela alçada do presidente Fernando Henrique Cardoso.

"Foi um erro do Ministério Público Federal, que não pertence ao governo, engavetar o projeto", disse o tucano, que se disse favorável à continuidade das investigações das suspeitas de envolvimento do crime organizado com setores do governo no Estado.

"Eu vi com alívio que o novo ministro da Justiça disse que o processo de investigação que pode levar ao processo de intervenção não se deteve. Essa investigação tem que continuar", disse ele.

O candidato do PSDB a presidente também aproveitou a oportunidade para se solidarizar com a OAB do Espírito Santo.

Deputado entra com processo

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado José Carlos Gratz (PFL), disse ontem que vai processar o candidato do PSDB à Presidência da República, José Serra, o qual qualificou de "moleque" e "canalha".

"Somente um moleque da laia dele é que tem a cara de pau de vir aqui no Espírito Santo e, sem me conhecer, contar um monte de lorotas. Eu desafio este canalha a trazer um prova sequer que desabone a minha conduta. Estou entrando com um processo contra ele amanhã (hoje)", avisou.

De acordo com Gratz, Serra não tem capacidade de presidir "nem mesmo uma pocilga quanto mais o Brasil. E digo mais: pefelista que tem vergonha na cara não dá um voto a este moleque".

Irritado, o presidente do Legislativo desafiou Serra e seus aliados a quem qualificou de "corja".

"Desafio Serra e a sua corja a provar o que disse. Vocês não me intimidam. O povo capixaba conhece a conduta do deputado José Carlos Gratz", afirmou.

Gratz fez questão de responder as acusações feitas ontem pelo presidencialista durante encontro da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), no Centro de Convenções de Vitória, em Santa Lúcia.

"As pessoas que acompanham Serra é que entendem de crime organizado e não eu", rebateu.

O presidente da Comissão Interventora do PFL, deputado federal José Carlos da Fonseca Júnior, foi procurado para comentar as declarações do presidencialista.

Entretanto, sua assessoria explicou que o parlamentar estava em trânsito retornando ao Estado. Somente após Fonseca Júnior se inteirar dos fatos, ele iria se pronunciar.

Brindeiro se responsabiliza

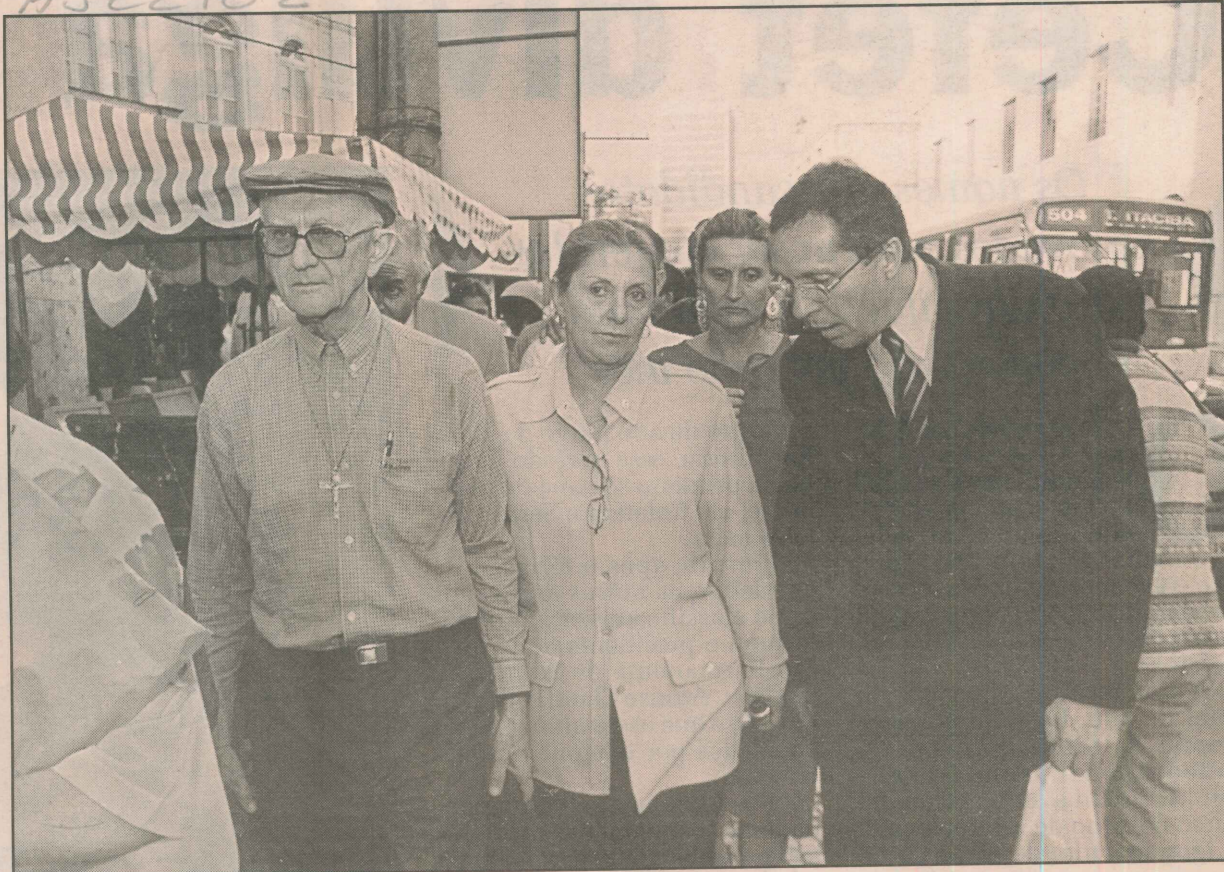
BRASÍLIA - O procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, afirmou ontem que a decisão de arquivar o pedido de intervenção no Espírito Santo partiu dele e não do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Brindeiro ressaltou que, mesmo com a solicitação da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, não reconsiderará a decisão. "Não vou revê-la. Isso está descartado", disse.

Ele lembrou que uma intervenção não se pode realizar de impacto. "É preciso, além de passar pelo Congresso, ter o aval antes dos Conselhos de Defesa Nacional e da República", explicou, ressaltando que não ti-

nha obrigação de comunicar qualquer decisão ao ex-ministro da Justiça Miguel Reale Júnior, que pediu demissão do cargo depois que Brindeiro se reuniu com Fernando Henrique, anunciando o arquivamento em seguida. "Não o fiz e nem o farei", afirmou, referindo-se ao fato de não ter comunicado ao Ministério da Justiça.

"O Ministério Público Federal (MPF) não é um apenso e suas decisões não dependem do Ministério da Justiça." Reale Júnior disse que Brindeiro havia sido favorável ao pedido de intervenção durante a reunião do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH).



Dom Silvestre e conselheiros da OAB participaram da manifestação no centro de Vitória

Nas ruas, mais manifestação

Munidos de apitos, faixas e gritando palavras de ordem, manifestantes fecharam ontem a avenida Jerônimo Monteiro, no centro, em protesto contra o arquivamento do pedido de intervenção no Estado. O movimento foi encerrado em frente ao Palácio Anchieta com uma oração.

A concentração começou às 14h30 na rua do Rosário e, duas horas mais tarde, integrantes do movimento se colocaram na frente dos ônibus e automóveis e, dessa maneira, interromperam o trânsito na avenida para seguir em passeata até a sede do governo.

Antes da caminhada, porém, uma comissão dirigiu-se até o procurador da República no Estado, Henrique Herkenhoff, para que apresentasse sua posição.

Ele disse que não poderia se manifestar, mas garantiu que vai manter sua autonomia para inves-

tigar o crime organizado, ainda que o procurador-geral, Geraldo Brindeiro, tenha arquivado o processo de intervenção no Estado.

O número de participantes teve dois cálculos: cerca de 500, para a Polícia Militar, e aproximadamente 1,2 mil para os organizadores. Mas foi o suficiente para fechar as três pistas da avenida Jerônimo Monteiro.

Demonstrando apoio, motociclistas fizeram um buzinaço e trabalhadores dos edifícios sediados na avenida jogaram papéis picados do alto de suas salas comerciais.

Sem poder deixar o local do trabalho, o vendedor Áureo Rodrigues era um que comemorava o movimento. "O Espírito Santo está abandonado e é preciso, sim, haver intervenção", afirmou, enquanto aplaudia os manifestantes.

A passeata contou com pessoas

de todas as idades, incluindo crianças e idosos, estudantes, sindicalistas, políticos, advogados, representantes de diversas organizações de Direitos Humanos e religiosos, como o arcebispo de Vitória, Dom Silvestre Scandian, e o presidente do Conselho Nacional das Igrejas Cristãs (Conic), pastor Norberto Berger.

Entre outros integrantes de entidades não-governamentais, participaram o presidente do Movimento Nacional dos Direitos Humanos, Oscar Gatica, que criticou Brindeiro. "Ele cometeu um erro perigoso", afirmou, ao subir no caminhão de som que puxava o movimento.

Para finalizar a manifestação, o pastor Berger ressaltou a importância da população não se calar diante do crime organizado e da violência e convocou a todos para rezar o "Pai-Nosso".

Governador não comenta sobre passeata

O governador José Ignácio Ferreira não fez comentários sobre a manifestação que paralisou o trânsito no Centro de Vitória no final da tarde de ontem. O superintendente estadual de Comunicação, José Nunes Dias, afirmou que o chefe do Executivo não teria nada a dizer sobre o movimento.

A passeata parou em frente ao Palácio Anchieta mas, da sede do governo, poucos funcionários arriscaram aparecer nas janelas para ver a movimentação, muito menos o governador, demonstrando indiferença.

José Ignácio, agora, avalia a possibilidade de ingressar com uma ação contra a União por danos morais em decorrência do pedido de intervenção no Estado.

Reunião da OEA em Vitória

Os representantes dos Direitos Humanos na Organização dos Estados Americanos (OEA) poderão realizar em Vitória a reunião anual da entidade em virtude da ação do crime organizado no Estado. Essa, pelo menos, é a intenção dos que atuam nessa área no País.

Durante encontro na tarde de ontem na Câmara Federal, em Brasília, entre membros de diversas entidades que defendem os direitos humanos, inclusive deputados federais, ficou acertado que seria feito um encaminhamento à OEA para solicitar a realização do encontro no Estado.

A diretora de pesquisa da Organização Justiça Global,

Sandra Carvalho, disse que a reunião é realizada geralmente entre os meses de setembro e outubro e, como o local ainda não foi definido pela OEA, vai ser feito o requerimento.

"O relatório que preparamos é muito contundente e acho que vai servir de incentivo para que o encontro seja realizado no Espírito Santo. O Estado tem os maiores índices de homicídios no País. É lógico que existem outros estados extremamente violentos, como Rio, São Paulo e Rondônia, mas o que chama nossa atenção é o fato da esfera pública estar muito contaminada pelo crime organizado", ressaltou Sandra.